

Petrônio Domingues*

Decifrando os segredos internos: a transição do trabalho escravo para o livre no Brasil

Resumo: A finalidade deste texto é discutir a transição do trabalho escravo para o livre no Brasil a partir da recente produção historiográfica que vem se debruçando sobre a temática, especialmente serão examinadas as obras de Josué Modesto dos Passos Subrinho (2000), Walter Fraga Filho (2006) e Elione Silva Guimarães (2006). A idéia central é mostrar que a tendência da atual historiografia brasileira é estudar a “transição” na perspectiva do local e do cotidiano. Em vez de abordagens e explicações macro, generalizantes, as novas pesquisas voltam o olhar para questões micro, preocupadas em compreender a dinâmica e os significados de casos específicos, sejam de indivíduos, sejam de grupos.

Palavras-chave: mercado de trabalho; escravidão; relações raciais.

Na fase de transição do trabalho escravo para o livre no Brasil do último quartel do século XIX, o problema da mão-de-obra era uma das principais questões que mobilizava a atenção dos proprietários de terra, das autoridades públicas, da *intelligentsia*, da imprensa, enfim, de boa parte da opinião pública. O dilema era saber como resolver o propalado problema da “escassez de braços” na formação do mercado de trabalho livre (Gebara, 1986; Lamounier, 1988; Lanna, 1989; Kowarick, 1994). Durante décadas, a literatura historiográfica apresentou a imigração européia como solução nacional. Muitas pesquisas, que tiveram como foco de análise o Estado de São Paulo, e particularmente a região conhecida como Oeste paulista, generalizaram para todo País um modelo de transição que foi regional. Partindo da premissa de que a imigração européia foi um fator decisivo para o abastecimento da força de trabalho para a grande lavoura, não se fazia um balanço sobre as diversas vias de transição para o trabalho livre no Brasil. O privilegiamento do modelo de transição paulista provocava dificuldades de compreensão dos processos históricos de outras regiões. Por exemplo, argumentava-se que o negro foi marginalizado do mercado de trabalho paulista no pós-emancipação, e que isso se deveu a sua falta de qualificação para competir com o imigrante branco europeu. Atualmente, essa explicação é bastante questionada (Dean, 1977; Andrews, 1998; Domingues, 2004),

* Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Doutor em História/USP, autor do livro: A nova abolição. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2008. Correo electrónico: pjdomingues@yahoo.com.br

mas o que interessa saber aqui é: o que ocorreu com o negro no processo de substituição do trabalho escravo para o livre nas regiões que não adotaram o modelo de imigração subsidiada do estilo paulista?

Para responder a essa questão, pretende-se examinar a recente produção historiográfica que vem se debruçando sobre a temática, especialmente serão perscrutadas as obras de Josué Modesto dos Passos Subrinho (2000), Walter Fraga Filho (2006) e Elione Silva Guimarães (2006). A idéia central é mostrar que, a partir de novas questões, a tendência da atual historiografia brasileira é estudar a “transição” na perspectiva do local e do cotidiano. Em vez de abordagens e explicações macro, generalizantes, as novas pesquisas voltam o olhar para questões micro, preocupadas em compreender a dinâmica e os significados de casos específicos, sejam de indivíduos, sejam de grupos.

O primeiro livro a ser pautado é o de Passos Subrinho – *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe 1850-1930* –, publicado em 2000. Tratou-se, originalmente, da sua tese de doutorado em Economia, defendida na Universidade de Campinas (Unicamp), em 1992. Adotando Sergipe como recorte espacial, a pesquisa problematiza a transição do trabalho escravo para o assalariado. Para sua realização, foi consultada uma gama diversificada de documentos: relatórios de Presidentes de Província, Presidentes de Estado, Ministério da Agricultura; falas dirigidas à Assembléia Provincial, mensagens apresentadas à Assembléia Legislativa, ofícios, memoriais, anais de congressos agrícolas, censos, boletins estatísticos, leis, decretos, jornais, revistas, etc.

Utilizando o paradigma da história econômica, o autor colocou em xeque uma série de premissas que foram sendo construídas ao longo dos anos acerca do processo de substituição do trabalho escravo para o livre no Nordeste açucareiro. Era comum se afirmar que, a partir do fim do tráfico negreiro, em 1850, a mão-de-obra escrava teria entrado numa fase de crise irreversível nessa região, sendo assim, facilmente substituída pelo grande contingente demográfico da população livre. As altas taxas de alforria, a “drenagem” de escravos para outras regiões do País – particularmente para as Províncias cafeeiras; o envelhecimento e aumento da proporção de escravos do sexo feminino, a concentração dos escravos remanescentes em atividades improdutivas teriam sido alguns dos fatores que contribuíram para esse processo.

Subrinho (2000, p. 113) demonstra que os dados disponíveis não permitem afirmar que a taxa de alforrias dos escravos no Nordeste era mais elevada do que a das demais regiões do País até o início da década de 1880. O índice de alforrias de Sergipe, por exemplo, perdia apenas para o de Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Alagoas. Segundo o autor, o que as fontes desse período indicam é exatamente o contrário do que postulava a historiografia para o conjunto das Províncias do Nordeste Açucareiro, de modo que Sergipe apresentava um apego à escravidão num patamar não diferente do de outras regiões brasileiras de predomínio econômico das *plantations*.

Apoiando-se nos boletins estatísticos de matrícula de escravos, Subrinho (2000, p. 138) infere que, no período de maior intensificação do tráfico interprovincial, Sergipe não sofreu drasticamente os efeitos da “drenagem” de escravos promovida pelas importações deles para a economia cafeeira. Além de não venderem seus escravos, os senhores de engenho dos principais centros produtores daquela Província compravam escravos em outras regiões do País. O autor insiste no argumento de que a mão-de-obra escrava era decisiva para o funcionamento dos engenhos sergipanos. Por outro lado, o trabalho

livre nesses estabelecimentos, além de minoritário, era empregado predominantemente de modo suplementar ao trabalho escravo.

Subrinho também sustenta que, no caso de Sergipe, os proprietários de terras e escravos, as autoridades públicas e os intelectuais não estavam tão seguros que a transição do trabalho escravo para o livre fosse um processo fácil e tranquilo. Pelo contrário. A partir da consulta da documentação, o autor aponta como as elites não ocultavam seus temores diante da “transição”, processo este, aliás, que foi caracterizado por tensões e dificuldades de diversas ordens. Se de um lado a mão-de-obra escrava estava se exaurindo, por outro, não havia a garantia de que a população livre – formada por brancos pobres, negros, mestiços, libertos – fosse procurar emprego na grande lavoura, o que, neste caso, poderia gerar o colapso da produção econômica. Como então resolver a “questão da falta de braços para a lavoura”? Descartou-se a solução da imigração européia subvencionada pelo Governo – por se entender tratar-se de um desperdício de recursos públicos, recursos que deveriam ser direcionados preferencialmente ao crédito agrícola, à construção de ferrovias e portos, subsídios às linhas de navegação a vapor ou, genericamente, nos “auxílios à lavoura” –, em contrapartida, surgiram várias propostas para persuadir ou obrigar a população livre a se engajar nos trabalhos agrícolas.

As elites sergipanas não se conformaram com a abolição da escravatura e procuraram encontrar mecanismos de subordinação dos trabalhadores livres, inclusive os ex-escravos. O grande problema a ser enfrentado era: como encaminhar o reordenamento do trabalho na nova ordem social. Os senhores de engenho e proprietários de terras, de um modo geral, não exitaram em articular dispositivos de exploração extra-econômica na criação de um mercado de força de trabalho. Para tanto, utilizaram-se do aparelho do Estado. No “período da Primeira República”, afirma Subrinho (2000, p. 295), “a elite sergipana deu mostras claras de inconformismo com as conseqüências da abolição incondicional da escravidão. Se esta era um fato consumado, o apelo ao retorno de uma estratégia de coerção extra-econômica da população para o fornecimento de força de trabalho [...] ressurge com toda força”. Isto é, cresceu a demanda por medidas que coagisse a população livre – muitas vezes tida como arreada, inconstante, nômade, desqualificada, vagabunda e exigente quanto à remuneração dos serviços prestados – ao trabalho na grande lavoura.

Nesse contexto, a repressão à vagabundagem em Sergipe, que ocorreu nos anos iniciais da República, foi concebida como um expediente para estimular a oferta de força de trabalho por parte da população rural pobre, especialmente os ex-escravos. No entendimento de vários articulistas da grande imprensa e autoridades públicas, boa parte dos ex-escravos teria abandonado as propriedades agrícolas em que tinha vivido na época do cativeiro para sobreviver de forma instável, da caça, pesca, coleta de frutos e raízes, da pequena roça e prestando serviços irregularmente. Esse estilo de vida escandalizava as elites sergipanas, principalmente porque permitia que os ex-escravos afirmassem uma postura de independência e não vendessem sua força de trabalho para os proprietários de terras “que, aliás, atribuíam a esse fato a principal causa das grandes dificuldades pelas quais passava a grande lavoura do Estado, especialmente a agroindústria açucareira” (Subrinho 2000, p. 315).

No entanto, o autor observa que as medidas repressivas, as quais pretendiam coagir as pessoas livres ao trabalho, provocaram, também, reações por parte das populações pobres do interior do Estado. Estas populações protestaram ao que lhe parecia uma “ten-

tativa de retorno à escravidão”. Subrinho (2000, p. 406) revela, assim, como o “reordenamento do trabalho”, isto é, de criação de mecanismos econômicos, legais e ideológicos de submissão do trabalho ao capital, depois de abolida a escravidão, foi um processo pontilhado por dificuldades, tensões, contradições e resistências. No final da obra, o autor argumenta que a documentação coligida permitiu evidenciar como o processo de constituição do mercado de trabalho livre em Sergipe configurou um problema para as elites, mas não possibilitou desvendar os “segredos internos” desse processo. Esta talvez seja a principal lacuna da obra. À luz da tendência atual da historiografia, desvendar os “segredos internos” é uma operação de pesquisa tão importante quanto a da análise do processo. Se Subrinho não se preocupou em identificar, no plano do cotidiano, qual foi o destino do ex-escravo, do liberto, enfim, das “pessoas de cor”, as outras pesquisas históricas que aqui serão examinadas não se furtaram a esse desafio.

Uma delas chama-se *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, de Walter Fraga Filho. A pesquisa foi, em sua versão primitiva, a tese de doutorado em História, apresentada na Unicamp, em 2004, e publicada em forma de livro dois anos depois. O objetivo de Fraga Filho é acompanhar as trajetórias de escravos e libertos dos engenhos e das propriedades açucareiras da região do Recôncavo baiano, entre o fim do século XIX e o início do XX. Para viabilizar tal empreendimento intelectual, foram consultados vários tipos de fontes documentais: matrículas e listas de escravos, recenseamentos, inventários, testamentos, registros de batismos, casamentos, processos criminais, periódicos, memórias, depoimentos, etc. O autor utiliza o procedimento denominado “ligação nominativa” entre séries documentais. Em síntese, tal procedimento preconiza o cruzamento de pistas e informações diversas. Assim, ao reunir uma multiplicidade de dados referentes aos escravos – tais como: locais de nascimento e residência, nomes e sobrenomes de pais, avós e padrinhos – procurou-se rastrear os percursos traçados por indivíduos, grupos familiares e redes sociais, especialmente, buscou-se reconstruir trajetórias de vida e famílias de ex-escravos e seus descendentes.

A idéia central é sustentar que as experiências, os costumes e as identidades individuais e familiares dos libertos, acumuladas durante a escravidão, foram transportadas para o período do pós-emancipação, definindo e orientando decisões, comportamentos, expectativas e projetos de liberdade. É a partir dessa premissa que Fraga Filho (2006, p. 26) declara ser “possível desvendar significados e sentidos da liberdade para os que emergiram do cativeiro”.¹

Nas décadas de 1870 e 1880, as leis emancipacionistas, que aumentaram as possibilidades de alforrias, impulsionaram a perda da legitimidade da escravidão e a crescente aceitação social do movimento abolicionista, entraram em consonância com a rebeldia escrava. No que diz respeito ao movimento abolicionista, o autor sugere que ele significou uma escola de formação política para aqueles que mais tarde militariam em outros movimentos, especialmente nas lutas sindicais. Foi o caso, por exemplo, do líder operário Ismael Ribeiro dos Santos, alfaiate, “de origem africana e abolicionista”. Portanto, foi nesse contexto de rebeldia, fugas coletivas, conflitos, incertezas e expectativas que os cativos teriam feito suas escolhas e engendraram projetos próprios de liberdade. Embora

¹ Decodificar os “significados e sentidos da liberdade para os que emergiram do cativeiro” está em consonância com a abordagem das últimas pesquisas sobre a temática (Matos e Rios, 2004; Lima, 2005).

os senhores não contassem com essa hipótese, a transição para o trabalho livre fugiu de seu controle e não se deu de maneira ordeira. Assim, quando a Lei de 13 de maio foi promulgada, eles passaram a chamar seus ex-escravos de “ingratos” e “vagabundos”. Mas, segundo Fraga Filho, o que os senhores designavam de ingratidão nada mais era que a iniciativa dos ex-escravos de se afirmar como cidadãos livres. E o que eles chamavam de vagabundagem nada mais era que a postura dos ex-escravos de recusar o trabalho nos moldes das antigas relações escravistas – uma vez que estas eram concebidas como “continuação do cativeiro”.

De toda sorte, os senhores de engenho utilizaram o pretexto de combater a vadiagem para tentara tolher ou limitar a liberdade dos egressos do cativeiro de escolher onde e quando trabalhar e de se deslocar em busca de meios alternativos de sobrevivência. No entanto, estes não só teriam rechaçado as tentativas senhoriais de continuar ingerindo suas vidas cotidianas, controlar seus movimentos, impor castigos, punições e ritmo de trabalho, como também se empenharam em garantir e ampliar antigos direitos ou ganhos conquistados no curso das lutas contra a escravidão. O autor argumenta que muitos manumitidos permaneceram nas localidades em que trabalharam na condição de cativo e enfatiza a idéia de que, para muitos ex-escravos dos engenhos, o projeto de liberdade passava pela manutenção do direito costumeiro de acesso às roças de subsistência. Ter a própria roça constituía um dos requisitos fundamentais da afirmação de autonomia no mundo dos engenhos. Mas, “enquanto os ex-senhores se preocupavam em garantir as bases da lavoura de cana simplesmente reabsorvendo os ex-escravos como trabalhadores dependentes, os libertos viam na pequena plantação de gêneros a garantia de subsistência e o acesso aos mercados locais, independentes dos controles senhoriais. Portanto, eram infundadas as suposições dos ex-senhores de que os libertos estavam despreparados para a liberdade” (Fraga Filho, 2006, p. 203).

O fato é que libertos e ex-senhores tinham impressões e expectativas diferentes – e às vezes opostas – acerca das relações sociais a serem estabelecidas depois da abolição da escravatura. Essas diferenças teriam impulsionado as tensões e os conflitos que marcaram a vida cotidiana no Recôncavo açucareiro no período. Quando os ex-senhores reclamavam da “desorganização do trabalho” nos engenhos, estavam fazendo alusão à recusa dos ex-cativos em submeter-se à antiga disciplina, principalmente às longas jornadas de trabalho. Os senhores acusaram os ex-cativos de recusar a labuta na lavoura, ou de trabalhar apenas o estritamente necessário à subsistência. Porém, como assevera Fraga Filho (2006, p. 214), “o que para eles era inclinação à vadiagem, para os libertos significava poder criar outras alternativas de subsistência dentro e fora do mundo dos engenhos”.

O autor postula que a experiência no cativeiro serviu de parâmetro para os libertos definirem o que era tolerável ou não na relação com os antigos senhores. Assim, ao recusarem trabalhar sem remuneração, era porque julgavam ser “continuação do cativeiro”. Quando diminuía alguns dias de trabalho nas lavouras de cana, era porque sabiam da possibilidade de aumentar o tempo dedicado às próprias plantações, ou mesmo de granjear outras fontes de subsistência fora dos engenhos. Trabalhar menos na grande lavoura era um imperativo da nova condição de liberdade. “Talvez”, afirma Fraga Filho (2006, p. 238), “a propalada ‘escassez de braços’, que aparece com insistência nos discursos dos senhores de engenho após a abolição, estivesse relacionada à recusa dos libertos em trabalhar além do que avaliavam ser justo e condizente com a condição de liberdade”.

Uma outra pesquisa que investigou o que ocorreu com o ex-escravo, o liberto, enfim, as “pessoas de cor”, foi Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928), de Elione Silva Guimarães. Originalmente, tratou-se de uma tese de doutorado em História, defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2005, e publicada em forma de livro um ano depois. A proposta da autora foi resgatar a trajetória de personagens anônimos para discutir as lutas e os desafios de cativos e libertos, na cidade de Juiz de Fora no século XIX e nas primeiras décadas do pós-Abolição. Para tal empreitada, foram consultadas fontes notariais (como escrituras de compra e venda de bens de raiz e de escravos, procurações, hipotecas, cartas de alforrias, etc.), relatórios de Presidente de Província e do Ministério da Justiça, listas nominativas e relatórios fiscais do acervo da Câmara, testamentos, inventários, processos criminais e periódicos locais.

Do ponto de vista metodológico, Guimarães (2006, p. 29) procurou combinar a história quantitativa e serial e a micro-análise. Sua intenção foi analisar aspectos gerais, mas sem prescindir de “histórias individuais paradigmáticas”. Na primeira parte da obra (“Caminhos que se descortinam. Reconstrução de trajetórias de afrodescendentes”), é examinado, de forma panorâmica, as principais questões relacionadas aos negros em Juiz de Fora no recorte temporal em tela. A partir de um caso de roubo de dinheiro em uma das propriedades do Barão de Bertioga, Guimarães revela as redes de sociabilidades, solidariedades e tensões envolvendo os diversos estratos sociais (incluindo os escravos) no núcleo urbano da cidade. Contrariando boa parte da historiografia da região, ela mostra como a convivência entre senhores e escravos foi marcada pelos conflitos e dissabores de diversas ordens.

Já na segunda parte da obra (“Senhores fundiários e afrodescendentes: família, trabalho, terra e conflito”), a autora detém-se sobre o estudo de um grupo específico de indivíduos, particularmente uma comunidade rural. Baseando-se na vida de um importante tropeiro, Francisco Garcia de Mattos, Guimarães revela as experiências de seus cativos, dando uma atenção especial a Balbino Garcia de Mattos. Libertado em meados do século XIX, Balbino de Mattos casou-se com Carolina Maria de Souza, também ex-cativa, e juntos formaram família, patrimônio e engendraram uma rede de relacionamentos, amizades e prestígio social. Ao acompanhar a trajetória das gerações de descendentes desse casal de ex-cativos ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, a autora dissecou os arranjos, a política de alianças e de compadrio entre livres e libertos, as disputas agrárias e demonstra como o estigma da cor foi o fator determinante para Manoel Balbino de Mattos Filho – neto de Balbino Garcia de Mattos – ter sido desrespeitado no seu direito à terra e ser assassinado em 1924.

Com a extinção do cativo em 13 de Maio de 1888, o que ocorreu com os ex-escravos em Juiz de Fora? Guimarães (2006, p. 74) assinala que foram tempos de mudanças, conflitos e esperanças. Parte dos emancipados “permaneceram nas propriedades agrícolas onde havia servido, na situação de agregados ou trabalhadores remunerados; outros possivelmente partiram em busca de familiares distantes e outros tantos se aglomeraram na cidade, a procura de ocupações e condições de sobrevivência”.

Em Juiz de Fora, a Abolição não significou o fim dos “mandos e desmandos” dos ex-senhores nem eliminou as suas múltiplas formas de exploração sobre o “ex-escravo de fulano”, o “13 de maio de beltrano”, o “preto ou o pardo cicrano”, o que exigiu destes a necessidade de permanente elaboração e reelaboração de estratégias alternativas de sobrevivência. A autora relata vários casos de ex-senhores que espancavam gratuitamen-

te os libertos, abusavam sexualmente das “meninas de cor”, maltratavam menores negros e obrigavam-nos que lhes servissem como se ainda fossem escravos. Portanto, a vida dos libertos não foi nada fácil na fase imediatamente posterior ao ocaso do cativo. No plano do cotidiano, eles eram tratados como cidadãos de segunda categoria, sendo privados de vários direitos civis e sociais.

As pessoas recém emancipadas, conclui Guimarães (2006, p. 156), “tiveram que enfrentar a prepotência dos ex-senhores de escravos, as recusas destes em aceitarem suas decisões e escolhas [...]. Apesar de todos os revezes, elas se dedicaram à reconstituição/reconstrução de suas famílias, e não foram poucas as dificuldades com as quais se depararam. Aos poucos, conquistaram na luta e no enfrentamento a consolidação de um direito que a Lei 13 de maio de 1888 e a Constituição de 1890 lhe garantiu em teoria: a conquista da cidadania”. E é escusado dizer que essa luta ainda não teve fim.

Considerações finais

A pesquisa de Passos Subrinho é notadamente de história econômica, com o uso – e às vezes abuso – da demografia, de séries documentais, dados quantitativos e quadros estatísticos. A história de Sergipe é apreendida por uma perspectiva macro, globalizante, daí as explicações generalizantes. Em que pese a importância da abordagem macro-histórica, não se pode ignorar que ela reduz ou elimina a importância do factual. Isto talvez seja a razão pela qual Subrinho utilizou uma narrativa bastante analítica e não prescindiu do “economês”.

As pesquisas de Fraga Filho e Silva Guimarães destoam da de Subrinho, porém estão em sintonia com a atual tendência da historiografia brasileira. Elas se emolduram no que se pode classificar de história social ou história social da cultura. Nessa senda não há possibilidade de modelos explicativos preconcebidos. Fraga Filho (2006, p. 26) declara explicitamente não estar em busca de “modelos”, pois não acredita que os “modelos” possam dar conta da riqueza das vivências, da dinâmica e da multiplicidade das escolhas feitas pelos sujeitos no curso de suas vidas. Para além das explicações generalizantes, pretende-se perceber os ex-escravos no seu dia-a-dia, em interação com os outros, inclusive com os antigos senhores e com as comunidades em que se inseriam.

A história é entendida por esses últimos autores como possibilidade e não como determinação. Há uma predileção pelos estudos locais – de um domínio específico – e pela micro-história, ou seja, pela redução na escala de análise. A partir de fragmentos e detalhes, eles almejam recuperar o cotidiano, as vivências e experiências dos indivíduos, que normalmente aparecem com nomes e inseridos em contextos familiares e sociais específicos.² Por essa perspectiva, as trajetórias de vida dos indivíduos operam como que janelas ou portas de entrada para a compreensão de um processo histórico mais amplo.

Há também uma preocupação em decodificar os sinais e indícios, bem como os significados e sentidos atribuídos pelos indivíduos às suas ações. A partir da consulta de

² Como infere Elione Guimarães (2006, p. 316), sua pesquisa “procurou recuperar e analisar os múltiplos viveres de cativos, libertos e seus descendentes em Juiz de Fora, percorrendo um longo período histórico, saindo de suas experiências no cativo e continuando pelo pós-emancipação”.

diversos processos criminais, procura-se montar várias tramas e conciliar a descrição com a análise. No que diz respeito à narrativa, a proposta é ser fluente. Em vez de uma linguagem sobejamente científica, busca-se aproveitar recursos literários. Silva Guimarães até admite que se inspirou nos romances *Crônica da casa assassinada*, de Lúcio Cardoso, e *A insustentável leveza do ser*, de Milan Kundera, para produzir seu texto.

A despeito dos diferentes pressupostos teórico-metodológicos, as três pesquisas têm algo em comum: atestam que a organização das relações de trabalho livre em Juiz de Fora-MG, no Recôncavo baiano e em Sergipe, não foi centrada no imigrante branco europeu, mas utilizando a população nacional – mormente ex-escravos –, e transformando-a em força de trabalho efetiva para suprir as necessidades da lavoura. Portanto, tais pesquisas são profícuas antes por patentear que os negros foram absorvidos – ainda que assimetricamente – na economia daquelas regiões que não realizaram o programa de imigração subsidiada nos moldes do empreendido pelo Estado de São Paulo.

Referências bibliográficas

- Andrade, Manoel Correia de: *Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste Açucareiro (1850-1888)*. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 13, n. 1, 1983, pp. 71-83.
- Andrews, George Reid: *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru/SP: EDUSC 1998.
- Azevedo, Célia Maria Marinho de: *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 267 páginas.
- Cooper, Frederick/Holt, Thomas C./Scott, Rebecca J.: *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2005. 346 páginas.
- Dean, Warren: *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Trad. Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1977. 205 páginas.
- Domingues, Petrônio: *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. Senac 2004. 400 páginas.
- Eisenberg, Peter: *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1977. 294 páginas.
- Fraga Filho, Walter: *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp 2006. 366 páginas.
- Gebara, Ademir: *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1920)*. São Paulo: Brasiliense 1986. 221 páginas.
- Guimarães, Elione Silva: *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume/Juiz de Fora: Funalfa Edições 2006. 347 páginas.
- Kowarick, Lúcio: *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1994. 133 páginas.
- Lamounier, Maria Lúcia: *Da escravidão ao trabalho livre (a lei de locação de serviços de 1879)*. Campinas: Papirus 1988.
- Lanna, Ana Lúcia Duarte: *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira (1870-1920)*. Campinas: Editora da Unicamp 1989. 124 páginas.
- Lima, Henrique Espada: “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 2005, pp. 289-325.
- Mamigonian, Beatriz: “Revisitando o problema da ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres”. Florentino, Manolo (org.): *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro 2005, pp. 389-417.

- Mattos de Castro, Hebe Maria: *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 1995. 426 páginas.
- Mattos, Hebe Maria/Rios, Ana Maria: “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 8, 2004, pp. 170-198.
- *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2005.
- Mendonça, Sônia Regina/Santos, Ana Maria dos: “Representações sobre o trabalho livre na crise do escravismo fluminense (1870-1903)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 6, n. 11, 1985.
- Naxara, Maria Regina Capelari: *Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional (1870-1920)*. São Paulo: Annablume 1998. 159 páginas.
- Salles, Iraci Galvão: *República: a civilização dos excluídos: representações do trabalhador nacional (1870-1920)*. São Paulo: FFLCH-USP 1995 (tese de doutorado em História).
- Subrinho, Josué Modesto dos Passos: *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe 1850-1930*. Aracaju: Funcaju 2000, escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 2005, pp. 289-325.